



os advogados da resistência

o direito em tempos de exceção



A resistência política à ditadura civil-militar instaurada no Brasil com o Golpe de 1964 foi protagonizada por distintos atores. Nesse processo, os advogados tiveram papel fundamental, ao se articularem com significativas entidades e grupos da sociedade civil na defesa de presos políticos e na luta pelo restabelecimento da democracia.

A exposição *Os advogados da resistência. O direito em tempos de exceção* busca trazer ao conhecimento a atuação dos advogados nos períodos ditatoriais: exercício da profissão ou militância política, para além de qualquer convicção ideológica, a certeza de se fazer a coisa certa. Assim, o Memorial da Resistência apresenta como esses profissionais optaram pela defesa de acusados por crimes políticos, como puderam trabalhar com os poucos mecanismos legais disponíveis diante da Justiça Militar, a articulação com a sociedade civil e as relações entre advogados, presos e familiares. Ainda que preliminarmente, buscamos discutir os conceitos de Justiça, Direito e Justiça Militar, para conhecimento das bases legais e jurídicas impostas pelos regimes ditatoriais para exercer seu domínio.

A exposição contou com o incomensurável apoio de inúmeros advogados, nos prestando informações, disponibilizando acesso a seus acervos, e registrando suas memórias

Ivo Mesquita
Diretor Técnico da Pinacoteca do Estado

Kátia Felipini Neves
Coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo

em entrevistas concedidas no âmbito do Programa Coleta Regular de Testemunhos do Memorial da Resistência.

Realizar essa pequena mostra é um desejo de longa data e que tomou corpo em 2011, a partir do conhecimento sobre o projeto de memória oral elaborado pelo advogado Belisário dos Santos Júnior, com vistas à preservação dessa memória, pela possibilidade de parceria. Esse projeto logrou outra perspectiva, ainda mais ampliada: o de implantar o Memorial da Luta pela Justiça no sobrado que por anos foi sede da Auditoria Militar, lugar de memória que testemunhou a luta empreendida pelos advogados para fazer valer o direito de justa defesa de centenas de presos políticos. O projeto, ainda em fase de desenvolvimento, terá a gestão compartilhada entre a Ordem dos Advogados Brasileiros e o Núcleo de Preservação da Memória Política.

Convictos da importância inerente às instituições museológicas para a formação de uma educação voltada para a cidadania e consolidação de uma cultura em direitos humanos, com essa exposição o Memorial da Resistência de São Paulo dá as boas-vindas ao Memorial da Luta pela Justiça e presta uma homenagem a todos aqueles que lutaram, e continuam lutando, pelos ideais de justiça e liberdade.



Manifestação na Cinelândia contra o golpe militar, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1964. Acervo Iconographia.



O jurista e advogado de presos políticos Sobral Pinto durante sessão na Auditoria Militar, Rio de Janeiro, dezembro de 1964. Fundo Última Hora - APESP.



Atentado a bomba sofrido pela Ordem dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1980. Jornal do Advogado, agosto de 1980. Acervo Biblioteca da OAB/SP.



Sessão do Tribunal Tiradentes, julgamento simbólico da Lei de Segurança Nacional realizado no Teatro Municipal de São Paulo, 13 de maio de 1983. Comissão Justiça e Paz - Acervo Cúria Metropolitana de São Paulo.



Durante a ditadura militar (1964-1985), a legislação e a aplicação da justiça sofreram modificações que conferiram um arcabouço legal ao regime de exceção. Com isso, direitos civis e políticos foram cerceados, sobretudo a partir da promulgação da Lei de Segurança Nacional e dos Atos Institucionais.

Embora segmentos da sociedade não tenham reagido à repressão, vários grupos de oposição se organizaram de modo a enfrentar a violência do sistema. Como consequência, teve início um período de perseguições e truculência, passando a ser cada vez mais frequentes as prisões, sequestros, torturas, exíllssassinatos e desaparecimentos.

Diante da restrição crescente de meios para atuar, os advogados da resistência – aqueles que optaram pela defesa de presos e perseguidos políticos – não se curvaram. Ao contrário, desenvolveram novas formas de exercer a profissão, trazendo significados inéditos às leis, inclusive àquelas criadas para suprimir os direitos dos cidadãos.

Para além do seu ofício, estes advogados se tornaram militantes de uma causa política e corajosamente correram riscos, que chegaram a se concretizar em prisões, perseguições e atentados. Como horizonte, buscavam proteger a integridade de pessoas que defendiam seus ideais e que, como eles, lutavam pelo retorno do estado de direito e pelas liberdades democráticas.

os advogados da resistência

o direito em tempos de exceção

Curadoria
Kátia Felipini
Vladimir Sacchetta

Coordenação
Kátia Felipini Neves

Ação Educativa
Caroline G. F. de Menezes
Alessandra Santiago da Silva
Marina de Araujo
Renan Ribeiro Beltrame

Pesquisa
Karina Alves Tei
Daniela Barauna
Marcela Boni Evangelista
Vanessa do Amaral

Exposição

14 de dezembro de 2013 a 23 de fevereiro de 2014
terça-feira a domingo, das 10h às 17h30
entrada gratuita

Memorial da Resistência de São Paulo

Largo General Osório, 66 – Luz
Fone 55 11 3335.4990
01213-010 – São Paulo – SP
faleconosco@memorialdaresistenciasp.org.br

www.memorialdaresistenciasp.org.br
[www.twitter.com/M_ResistenciaSP](https://twitter.com/M_ResistenciaSP)
www.facebook.com/memorialdaresistenciasp

 Censura Livre

ilustração a partir da escultura "Justiça" de Alfredo Ceschiatti, localizada em frente ao Supremo Tribunal Federal, Brasília



MEMORIAL DA
RESISTÊNCIA
DE SÃO PAULO

Divulgação
Sarah Piasentin

Projeto Gráfico e Expositivo
Marcos Cartum

Assistentes de Arte
Amanda Carvalho
Débora Oelsner Lopes

Execução e Montagem
Núcleos de Administração e Serviços da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Vídeo
Paula Sacchetta
Peu Robles



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Cultura

Agradecimentos

Adriano Diogo
Airton Soares
Antonio Funari Filho
Aton Fon Filho
Belisário dos Santos Júnior
Carla Tapper
Carlos Frana Simas
Eduardo Simões
Fernando Fragoso
Flavio Flores da Cunha Bierrenbach
Iberê Bandeira de Mello
Idibal Pivetta
Jorge Luís Rocha
José Carlos Dias
Juca Martins
Luís Francisco Carvalho Filho
Luiz Eduardo Greenhalgh
Marcelo Oliveira
Marcelo Zelik
Maria Olga Garcia
Maria Regina Pasquale
Mário Simas
Marlon Alberto Weichert
Paulo Gerab
Rita Sipahy
Santamaria Nogueira Silveira
Suzana Figueredo
Virgílio Egydio Lopes Enei
Acervo Luiz Eduardo Greenhalgh
Arquivo Metropolitano de São Paulo
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Assessoria de Comunicação da Comissão Nacional da Verdade
Assessoria de Comunicação Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP
Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros – OAB/SP
Biblioteca Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP
Comissão Justiça e Paz de São Paulo
Cúria Metropolitana de São Paulo
Museu da Justiça do Rio de Janeiro (Tribunal de Justiça, Rio de Janeiro)